

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/06/2013 a 30/06/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Agrárias põem Brasil entre universidades tops. Ocimara Balmant e Paulo Saldana – O Estado de São Paulo, Notícias Gerais. 01/06/2013	4
MST invade fazenda da Cutrale pela terceira vez – Folha de São Paulo, Poder. 03/06/2013.....	5
Dilma anuncia criação de Plano Safra para semiárido nordestino – Folha de São Paulo, Poder. 03/06/2013	6
Para Dilma, agricultura terá crescimento excepcional neste ano. Tarso Veloso e Bruno Peres – Valor Econômico, Agronegócios. 04/04/2013	7
Governo lança Plano Safra e prevê estoque de alimentos para controlar preços. Julia Borba e Tai Nalon – Folha de São Paulo, Mercado. 04/06/2013	7
Índios protestam contra mudança na política de terras – Folha de São Paulo, Poder. 04/06/2013.....	10
'Governo não quer briga entre indígenas e produtores', diz ministro da Justiça. Lucia Morel – O Estado de São Paulo, Política. 05/06/2013	11
Posseiros voltam a ocupar terra indígena em MT – Folha de São Paulo, Poder. 05/06/2013.....	11
'Nossa economia tem de ser mais inovadora', diz Glauco Arbix. Cleide Silva – O Estado de São Paulo, Economia. 05/06/2013	12
Militantes sem-terra desocuparam fazenda da Cutrale em SP – Folha de São Paulo, Poder. 05/06/2013	16
Produção agrícola mundial diminuirá, apontam FAO e OCDE – O Estado de São Paulo, Economia. 06/06/2013.....	16
'Povos da Terra' marcham até Campo Grande – O Estado de São Paulo, Política. 06/06/2013.....	17
Dilma cria mais uma agência: desta vez, para o desenvolvimento rural. Catarina Alencastro e Luiza Damé – O Globo, Economia. 06/06/2013	17
Dilma anuncia criação de nova agência rural – O Globo, País. 06/06/2013	18
Bons ventos. Delfim Netto – Site da Carta Capital, Economia. 10/06/2013.....	19
Valor da produção das lavouras aumenta 9,8% em relação ao ano passado – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 11/06/2013	21
Governo federal faz doação de milho para o Ceará – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 21/06/2013.....	21
A grande oportunidade. Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior, Política. 25/06/2013.....	22
O conflito se agrava. Flávia Piovesan – O Globo, Opinião. 27/06/2013	24
CCJ do Senado aprova PEC do Trabalho Escravo – O Globo, País. 27/06/2013	25

Governo aprova preços mínimos para a safra 2013/14 – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 28/06/2013.....	26
Ricardo Antunes: Fim da letargia – Folha de São Paulo, Opinião. 20/06/2013.....	27
Comissão do Senado aprova PEC do trabalho escravo. Claudia Rolli – Folha de São Paulo, Mercado. 27/06/2013.....	28
Manifestantes ocupam pedágios e liberam cobrança no PR – Folha de São Paulo, Cotidiano. 29/06/2013.....	29

Agrárias põem Brasil entre universidades tops. Ocimara Balmant e Paulo Saldana – O Estado de São Paulo, Notícias Gerais. 01/06/2013

USP é considerada 6ª melhor instituição do mundo na área no Urap; Unicamp aparece em 19ª posição no QS World

A vocação das terras brasileiras que encantaram colonizadores continua, após 500 anos, um grande diferencial do País - não apenas na balança comercial, mas também na academia. Pesquisas agrárias brasileiras conquistam destaque mundial e alçam as universidades do País a suas melhores posições em rankings internacionais.

As edições mais recentes do University Ranking by Academic Performance (Urap) e QS World University confirmam a força do setor. No primeiro ranking, a Universidade de São Paulo (USP) conquistou neste ano a 28.ª posição na classificação geral. Considerando apenas Agricultura e Ciências Ambientais, chegou ao 6.º lugar, atrás de quatro universidades americanas e uma holandesa.

A USP está na 139.ª posição no QS geral. Por área, a brasileira mais bem colocada é a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 19.º lugar em Agricultura e Silvicultura. Em 24.º, vem a USP.

Os rankings mapeiam, entre outros quesitos, a repercussão da produção científica e a reputação internacional. Nos dois levantamentos, as melhores brasileiras têm desempenho superior em agrárias do que na média geral.

O diálogo entre academia e agropecuária ajuda a explicar o desempenho. "Grande parte do PIB (Produto Interno Bruto) provém do agronegócio. Os rankings mostram que temos profissionalismo e rigor científico", diz Carlos Eduardo Pelegrino Serri, presidente da Comissão de Pesquisa da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), em Piracicaba.

Os pesquisadores se dedicam a encontrar soluções acadêmicas e práticas. Millor Fernandes do Rosário, de 35 anos, estudou por mais de dez na Esalq. Desde o doutorado, defendido em 2008, pesquisa genética de frangos para corte e postura de ovos. "Além do campo, quis trabalhar com a análise laboratorial de DNA, na procura de genes associados a determinadas características dos animais", diz ele, hoje docente da Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

Referência em pesquisa aplicada, o agrônomo Elibio Rech, de 51 anos, atua em Biologia Molecular. Fez doutorado na Inglaterra nos anos 1980 e voltou para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Criou a primeira soja transgênica do Brasil, com a Basf. "O produto foi desenvolvido a partir de uma patente nossa e outra da empresa", diz ele, que também dá aulas na Universidade de Brasília (UnB).

A relação com o setor produtivo e o pioneirismo nas Engenharias de Alimentos e Agrícola elevam a Unicamp nos rankings, diz a pró-reitora de Pesquisa, Gláucia Pastore. "Temos muita relevância em inovação e criação de patentes no setor de alimentos, o mais competitivo da indústria brasileira."

Motivo de orgulho para a reitora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Nilda Soares, a boa posição nos rankings - entre as cem melhores - foi divulgada em cartazes. "Queremos que nossos alunos se orgulhem de que estão na universidade que mais contribui para a produção no cerrado."

Referência. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, aponta a fundação da Embrapa, em 1973, como fundamental para que o País chegasse até aqui e pudesse comemorar. "O Brasil tem hoje liderança na agricultura tropical. Nossa força decorre do tamanho continental e das estratégias para a criação da Embrapa, de formar recursos humanos em outros países."

Serri, da Esalq-USP, também considera esse intercâmbio essencial. "A internacionalização faz com que a qualidade do produto final cresça e, conseqüentemente, aumente o número de citações de nossos pesquisadores em revistas científicas." O protagonismo na agricultura tropical, porém, tem invertido o fluxo do intercâmbio científico. "Antes, a gente tinha de insistir para conseguir parceiros. Hoje, podemos selecionar. Há meses em que recebemos mais de uma delegação por dia de reitores interessados em nosso trabalho", orgulha-se o pesquisador.

MST invade fazenda da Cutrale pela terceira vez – Folha de São Paulo, Poder. 03/06/2013

Um grupo de 300 sem-terra invadiu no domingo (2) a fazenda Santo Henrique, na cidade de Borebi (SP). É a terceira vez que a fazenda, que pertence a produtora de suco de laranja Cutrale, é invadida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra).

O MST quer que a propriedade de 2,6 mil hectares seja desocupada para que seja destinada à reforma agrária.

De acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a fazenda está numa área comprada pela União para assentar colonos estrangeiros no início do século passado.

Segundo o MST, o imóvel foi cedido para o Incra em 2007, por decisão da Justiça, mas a Cutrale continuou no local devido a decisões judiciais que protelam sua saída.

O movimento diz ainda a empresa cometeu danos ambientais na fazenda.

A Cutrale é uma das maiores produtoras mundial de suco de laranja.

Procurada pela reportagem, a empresa afirmou que já obteve liminar que garante a reintegração de posse.

Segundo a empresa, os manifestantes tem 24 horas para deixar a propriedade a partir da intimação, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 por cada integrante presente no local em caso de descumprimento da decisão.

Dilma anuncia criação de Plano Safra para semiárido nordestino – Folha de São Paulo, Poder. 03/06/2013

A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta segunda-feira que lançará um Plano Safra específico para o semiárido nordestino, região que tem sofrido com uma das secas mais severas das últimas décadas.

Em discurso em Natal, onde entregou retroescavadeiras para prefeituras do Rio Grande do Norte, Dilma disse que o Plano Safra do semiárido incluirá ações emergenciais e o equacionamento de dívidas de agricultores da região.

"Nós vamos lançar um Plano Safra do semiárido, só para o semiárido. O Brasil tem Plano Safra da agricultura comercial e tem Plano Safra da agricultura familiar. Agora nós vamos regionalizar o Plano Safra, só para o semiárido nordestino", disse a presidente.

"Para garantir que a cada vez que a seca ocorre, as pessoas não percam sua criação, não tenham do que viver e o governo federal não tenha de, na entressafra, de importar do sul do país, da Argentina e do Uruguai, milho para abastecer os animais aqui do Nordeste", acrescentou.

O governo anuncia na terça-feira o Plano Safra para a temporada 2013/14 em cerimônia na terça-feira no Palácio do Planalto.

Na semana passada, uma fonte do governo federal disse à Reuters que os recursos do novo Plano Safra devem aumentar 21,5 por cento ante o montante destinado na temporada 2012/13, atingindo 140 bilhões de reais.

Segundo Dilma, o plano específico para o semiárido procurará resolver ainda o endividamento dos produtores. "As dívidas também serão equacionadas neste Plano Safra que nós iremos lançar", disse, sem especificar se o Plano Safra para o semiárido também será lançado na terça-feira.

AFAGOS

Em um momento de dificuldades nas relações com o Congresso Nacional, Dilma aproveitou o discurso para elogiar o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), presente na solenidade.

O anúncio do Plano Safra para o semiárido ocorre também num momento em que Dilma busca reforçar sua presença no Nordeste, região em que teve expressiva votação na eleição presidencial de 2010, assim como já tinha ocorrido com seu antecessor, o também petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Dilma, agricultura terá crescimento excepcional neste ano. Tarso Veloso e Bruno Peres – Valor Econômico, Agronegócios. 04/04/2013

BRASÍLIA - Durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/14, a presidente Dilma Rousseff se disse impressionada com os números do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário divulgados na semana passada e aposta em um crescimento maior ainda em 2013. “O PIB cresceu 17% em relação ao primeiro trimestre de 2012 e 5,7% frente ao último trimestre do ano passado. Em 2013, ele terá um crescimento excepcional com grande produtividade”, disse a presidente. “Temos no Brasil hoje uma das agriculturas mais produtivas, eficientes e competitivas”, disse.

Segundo ela, a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) será responsável por transformar o Brasil em um dos países mais competitivos do mundo. “Nós temos uma difusão de melhores técnicas e práticas e temos bastante competência nessa área. Um casamento entre a Ater e a Embrapa nos trará uma circulação em mão dupla. De um lado, levando conhecimento do produtor. Da classe A à classe E, todas precisam de acesso à tecnologia de ponta. De outro, a Embrapa ficará mais próximas ao produtor”, disse Dilma. “Sempre tem que se querer mais e nós queremos nos transformar no maior produtor e exportador de alimentos do mundo. Essa agência tem esse papel e é para isso que ela está sendo criada”, acrescentou.

A presidente disse que está cumprindo hoje um compromisso feito no ano passado: a armazenagem de grãos. O governo anunciou que vai disponibilizar R\$ 25 bilhões em crédito para construção de armazéns nos próximos cinco anos. “Ela [a armazenagem] é crucial para o nosso país. Nós temos todas as condições de fazer armazenagem com crédito com juros de 3,5% ao ano e 15 anos de prazo para pagamento. São dadas as condições para que o setor privado se junte ao público e construa armazéns”, disse.

Segundo Dilma, além do crédito para construção de armazéns, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai construir armazéns por meio de Parceria Público-Privada (PPP). “A construção via Conab será feita por PPPs. Nos construiremos e buscaremos que a operação seja feita pela iniciativa privada”, disse.

Os produtores rurais terão R\$ 136 bilhões em linhas de crédito para financiar o investimento, o custeio e a comercialização da safra agropecuária 2013/14, um aumento de R\$ 21 bilhões, ou 18%, em relação ao montante disponibilizado na temporada anterior.

Governo lança Plano Safra e prevê estoque de alimentos para controlar preços. Julia Borba e Tai Nalon – Folha de São Paulo, Mercado. 04/06/2013

O governo lançou nesta terça-feira (4) o novo plano agrícola e pecuário para safra de 2013/2014.

Conforme antecipado pela Folha, serão liberados R\$ 136 bilhões, sendo um dos principais focos do programa os investimentos que visem o aumento dos estoques

reguladores de alimentos, que permitem controlar a oscilação dos preços e evitar pressão sobre a inflação.

"A armazenagem recebeu toda a nossa atenção nesse plano. Serão R\$ 25 bilhões ao longo de cinco anos para construção de armazéns no país [R\$ 5 bi apenas na temporada 2013/2014], com juros de 3,3% ao ano e prazo de 15 anos para pagamento", disse o ministro da Agricultura, Antônio Andrade.

Segundo Andrade, a medida corresponde a um armazenamento de 65 milhões de toneladas. "Vamos suprir toda a necessidade de estocagem", afirmou.

O governo também destinou parte desse volume de recursos, R\$ 500 milhões para construção de armazéns públicos, sendo R\$ 350 milhões para novas construções e R\$ 150 milhões para modernização dos existentes.

PLANO

Do montante total do novo Plano Safra, R\$ 97,6 bilhões seguirão para o financiamento de custeio e comercialização e R\$ 38,4 bilhões para programas de investimento.

O financiamento total da próxima safra será 23% maior que a anterior, que foi de R\$ 115,2 bilhões.

A taxa de juro anual de 5,5%, sendo menor para modalidades específicas. No caso da aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estrutura de armazenagem.

Para médio produtor rural, juros de 4,5% e de 5% para práticas sustentáveis.

CRESCIMENTO

Ainda de acordo com o ministro, a agricultura e pecuária no país correspondem a um quarto do PIB nacional e empregam 35 milhões de pessoas em toda sua cadeia.

Com 210 milhões de cabeças de gado, o Brasil possui o maior rebanho do mundo e, até 2015, deve receber título de país livre da febre aftosa.

Andrade reforçou que, para este ano, a expectativa de produção de aves e suínos deve superar 13 milhões de toneladas.

"Hoje, um a cada quatro produtos agropecuários no mundo é brasileiro. Temos a maior safra do mundo para produção de café, açúcar, etanol, suco de laranja e carne de frango", destacou.

O governo calcula que a próxima safra 2013/2014 deve ter 190 milhões de toneladas.

SEMIÁRIDO

O governo lançará ainda um programa de estímulo à agricultura e à agropecuária específico para o semiárido brasileiro, afirmou a presidente Dilma Rousseff.

O anúncio será feito na próxima semana no Nordeste, território do rival de Dilma na corrida presidencial de 2014, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB).

O programa pretende resolver as dificuldades dos produtores agrícolas durante o período de seca. Trata-se de um pacote de benesses para, principalmente, reduzir o tamanho das dívidas desses produtores.

"O Brasil pode e deve começar a fazer planos Safras regionais, e nós começamos pelo Nordeste", disse Dilma.

"O compromisso do meu governo com a população do semiárido e com os produtores da região é irrestrito", disse Dilma. "Nós reconhecemos que a situação é grave e que, diante dessa situação, que afeta o Nordeste brasileiro e que estamos fazendo todos os esforços para superar, nos cabe agir para melhorar os impactos da seca", completou.

A presidente disse que o pacote inclui quatro medidas, que terão de ser formalizadas "em parceria com o Congresso Nacional".

A primeira vai autorizar a suspensão das execuções das dívidas contratadas junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e aos demais bancos, além da suspensão dos prazos processuais e de prescrição. Essas suspensões serão feitas até dezembro de 2014.

A segunda medida pretende conceder um desconto de até 85% para a liquidação das operações de crédito rural contratadas até 2006, com valor original até R\$ 35 mil por mutuário, com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) ou do Orçamento Geral da União.

"Vamos conceder [descontos] à semelhança do que fizemos no Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] para os agricultores do semiárido", disse a presidente.

A terceira medida englobará uma linha para composição de dívidas contratadas até 2006 cujo valor original era de até R\$ 200 mil. "Em até dez anos com taxa de juros e recursos do fundo constitucional do Nordeste", disse.

A quarta medida trata da renegociação das operações contratadas a partir de 2007 e que estavam inadimplentes em dezembro de 2011. O prazo será de até dez anos com três de carência.

SLOGAN

O anúncio é uma resposta às recentes críticas de Eduardo Campos à política do governo contra a seca. Dilma tem empreitado uma ofensiva no Nordeste, viajando para fazer inaugurações e destinando programas do governo para a região.

Desta vez, respondeu a Campos com uma adaptação de seu slogan: segundo Dilma, o país tem produção "farta, competitiva e sustentável", que, disse, "é a certeza de que podemos fazer mais e melhor."

Índios protestam contra mudança na política de terras – Folha de São Paulo, Poder. 04/06/2013

Com bloqueios de rodovias e até invasão de um diretório do PT, os índios reagiram ontem contra a decisão do governo Dilma Rousseff de alterar a política de demarcação de terras indígenas no país.

Na região Sul, em protestos articulados, índios invadiram a sede do PT em Curitiba, enquanto outros grupos bloquearam quatro rodovias no Rio Grande do Sul.

Em Mato Grosso do Sul, onde um índio foi morto na semana passada em confronto com a Polícia Federal, indígenas iniciaram uma marcha de 60 km para denunciar a tensão fundiária no Estado.

O estopim da reação é a decisão do Planalto de ampliar, até o fim do mês, o poder de órgãos ligados à agricultura na demarcação de terras indígenas, reduzindo o poder da Funai (Fundação Nacional do Índio) nesses processos.

A ideia é que laudos da Funai, usados para subsidiar o reconhecimento oficial de terras indígenas, sejam confrontados com informações de outros órgãos, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o que atualmente não ocorre.

É importante que a gente tenha o procedimento claro, afirmou ontem em Brasília a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que já havia dito que a Funai não tem capacidade de mediar conflitos entre índios e ruralistas.

Porta-voz das medidas que deverão alterar toda a lógica das demarcações, Gleisi foi o alvo principal dos 30 caingangues que invadiram a sede do PT em Curitiba. Os índios associaram a ministra ao agronegócio num cartaz e só saíram após receber a promessa de uma reunião com ela em Brasília.

REAÇÃO EM CADEIA

Paraná e Rio Grande do Sul foram uma espécie de laboratório para as mudanças em discussão. Nas últimas semanas, o governo suspendeu por tempo indeterminado as demarcações de terras indígenas nos dois Estados, alegando que era preciso reavaliar estudos e diminuir tensões.

A reação veio com os protestos, coordenados pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul). A fala da Gleisi piorou [a situação]. Já tinha alguns conflitos e se tornaram piores, disse o cacique Deoclides de Paula, de Faxinalzinho (RS).

Em carta divulgada ontem, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, disse que ruralistas e Dilma promovem um ataque contra os índios.

Em Mato Grosso do Sul, os terenas rasgaram decisão judicial que deu 48 horas para a Funai negociar a saída de representantes da etnia da fazenda Buriti, em Sidrolândia (a 72 km de Campo Grande), onde o índio Oziel Gabriel, 35, foi morto. A decisão acabou anulada pela Justiça Federal na noite de ontem.

Os terenas voltaram a invadir a área um dia após serem retirados na ação que resultou na morte do índio, na última quinta-feira. Segundo a Famasul, que representa os produtores rurais do Estado, 65 propriedades foram invadidas por índios na área.

Ruralistas do Estado irão a Brasília hoje pedir a deputados e senadores que encaminhem pedido à Presidência da República para que o Exército ou a Força Nacional impeçam novas invasões e garantam a reintegração de posse das áreas já ocupadas.

'Governo não quer briga entre indígenas e produtores', diz ministro da Justiça. Lucia Morel – O Estado de São Paulo, Política. 05/06/2013

José Eduardo Cardozo defendeu também a manutenção da Força Nacional para 'garantir a paz'

CAMPO GRANDE - O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo defendeu o diálogo com as lideranças indígenas. "O que tem que ser feito é a busca do diálogo. O governo federal quer evitar a judicialização deste processo de reconhecimento de terras. Quer evitar a briga entre produtores e indígenas", disse. Salientou que "o governo quer fixar normas, aperfeiçoar os procedimentos, e não tirar o papel da Funai".

Ele recebeu dois documentos na reunião que manteve com indígenas e membros do MST. Um documento sobre reforma agrária e outro sobre a demarcação de terras indígenas. Segundo ele, os índios citaram no encontro a PEC 215, que transfere para o governo a questão das demarcações.

"O Ministério da Justiça sempre foi contrário a isto, porque afronta a Constituição Federal. Essa função de regular demarcação, é função administrativa", afirmou.

Ainda sem saber que a reintegração de posse havia sido suspensa pela Justiça Federal, ele disse que isto poderia ocorrer. Mas, que independente disto será mantida a Força Nacional.

"A Força Nacional não veio cumprir uma ordem de reintegração de posse. Veio para atuar em parceria com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, para evitar conflitos. Veio para garantir a paz", disse o ministro.

O índio Josiel Gabriel que levou um tiro na 7ª vértebra da coluna, tem o seu estado definido como delicado, mas está fora de perigo de morte. Ele vai sofrer um exame para saber qual o tipo de munição que o atingiu.

Posseiros voltam a ocupar terra indígena em MT – Folha de São Paulo, Poder. 05/06/2013

Em mais uma frente de problemas para o governo federal na questão indígena, posseiros que haviam sido expulsos no fim do ano passado da terra indígena Marãiwatsédé, no

nordeste de Mato Grosso, voltaram a ocupar o distrito de Posto da Mata, em Alto Boa Vista (MT).

Os não índios estão acampados desde domingo (2) na entrada da área de 165 mil hectares entregue aos indígenas no início deste ano, duas décadas depois que foram expulsos. A ação teria sido motivada pela insatisfação dos posseiros com o ritmo da realocação de suas famílias em novas áreas.

Nesta quarta-feira (5), o Ministério Público Federal encaminhou uma petição à Justiça Federal solicitando um mandado judicial determinando a desocupação imediata da terra indígena "com a máxima urgência".

A Procuradoria pediu que a Justiça Federal determine que a AGU (Advocacia Geral da União) adote as medidas necessárias com Ministério da Justiça, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e informe o efetivo policial que permanecerá na terra indígena.

O Ministério Público Federal pediu ainda que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) seja notificado para informar que medidas foram adotadas para assentar as famílias que se enquadram nos requisitos da reforma agrária.

Os pedidos feitos pelo Ministério Público Federal serão analisados pelo Justiça Federal em Mato Grosso.

Os xavantes foram expulsos de suas terras na década de 1960 pelo governo militar e lutavam na Justiça desde 1995 para voltar para a terra indígena Marãiwatsédé.

Em 2011, o governo de Mato Grosso sancionou lei que permite ao Estado trocar com a União a terra indígena pela área do Parque Estadual do Araguaia. Para a Funai, a lei é inconstitucional.

‘Nossa economia tem de ser mais inovadora’, diz Glauco Arbix. Cleide Silva – O Estado de São Paulo, Economia. 05/06/2013

Para presidente da Finep, o País tem de elevar a produtividade e o principal componente para isso chama-se tecnologia, inovação

SÃO PAULO - Mais do que inflação, juros e câmbio, o Brasil precisa colocar na ordem do dia o debate sobre como elevar sua produtividade. Do contrário, ficará cada vez mais distante da economia global, afirma Glauco Arbix, presidente da Agência Brasileira de Inovação (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para ele, aumentar a produtividade só é possível com tecnologia e inovação. "Se o Brasil de fato quer dar passos rumo à sociedade mais civilizada, tem de seguir um rumo forçado em direção às áreas mais intensivas em conhecimento." À frente da Finep há dois anos, ele vê avanços por parte do governo e das empresas, mas ressalta que há muito a ser feito. "Temos um déficit gigantesco." A seguir, trechos da entrevista.

Como o Brasil está inserido no tema da inovação?

Ficamos durante muito tempo marcados por um debate sobre inflação, juros e câmbio, que é evidentemente relevante, mas a questão-chave para a economia brasileira é que ela precisa elevar sua produtividade, do contrário não vai ter competitividade. E o principal componente da elevação da produtividade chama-se tecnologia, inovação. Não tem como fazer de outra forma. Se o Brasil de fato quer dar passos rumo à sociedade mais civilizada, tem de seguir um rumo forçado em direção às áreas mais intensivas em conhecimento. As empresas são obrigadas a entrar nas áreas de maior risco tecnológico, a competir e a investir em pessoas. Inovação é ter gente qualificada, é transformar uma ideia em um produto real no mercado para agregar valor. Empresa que inova fatura mais, exporta mais, paga melhores salários e cresce mais.

Que papel tem as empresas?

Muitas vezes as empresas veem a qualificação como custo extra. Mas uma empresa com gente preparada tem mais facilidade para inovar. Nenhuma empresa é uma andorinha sozinha. Tem aquilo que hoje se chama de ecossistema de inovação, por isso os parques tecnológicos funcionam, pois quando se agrega, coloca junto os fornecedores, criam-se canais de interação. A disseminação da ideia de inovação é fundamental por isso. Põe mais gente pensando, mais gente atendida para captar ideias, para transformar. As empresas que incorporarem em suas estratégias o trabalho com gente mais qualificada darão um passo gigantesco. Por isso, a questão da educação é chave.

Em 2004, quando o sr. presidia o Ipea, apenas 1,7%, ou 1.200 das 72 mil empresas industriais do País investia significativamente em pesquisa e desenvolvimento. Mudou esse quadro?

Dados de hoje mostram que há cerca de 6 mil empresas que inovam, das quais 2 mil inovam regularmente. Essa realidade muda muito lentamente. Constatamos, porém, que um número crescente de empresas passou a incorporar a inovação na sua estratégia, o que não ocorria antes.

Não é uma mudança pequena para quase uma década?

São números difíceis de comparar, mas se você perguntar para um pesquisador ele vai dizer que é pequeno. E vai continuar assim por um longo período porque temos um déficit gigantesco. Esse é um problema-chave na economia brasileira, que é pouco inovadora. Tem um milhão de explicações para isso, economia fechada, protecionismo, tutela do Estado, maus hábitos, cultura fraca, aversão a um risco maior, custo gigantesco, falta de infraestrutura, impostos. O que procuro olhar é que as coisas estão mudando. Há uma coincidência de agenda entre o empresariado e o governo.

Por que demora a mudar?

O custo é arriscado. Há um temor, pois inovação é uma transformação. Mudar não é fácil. As indústrias mais tradicionais tendem a se transformar mais lentamente. No Brasil tudo demora mais. O custo é alto, a economia brasileira não é amigável à inovação, não remunera à altura, coloca obstáculos grandes para as empresas.

Quais obstáculos?

Vou falar daquilo que está fora da empresa: carga tributária, burocracia, infraestrutura, transporte, comunicação. Tudo isso é um peso grande. Mas há um dado interessante, que marca nossa conjuntura. Tradicionalmente, quando a economia vai para a frente, aumenta a demanda por crédito. Se a economia se retrai, diminui. Nos dois últimos anos de crescimento mais baixo, a demanda da Finep é crescente. Não sei se é sustentável, mas vejo claramente uma mudança de mentalidade. Não se encontra um empresário que não reconheça a importância da inovação, mesmo que inove pouco.

Qual o papel do governo e da Finep nesse cenário?

A presidente Dilma Rousseff tem deixado claro que esta é uma questão-chave para o País e para as instituições de governo. Por isso recebemos recursos novos. Eu assumi a Finep em fevereiro de 2011 e, desde então, o orçamento mais que triplicou. Neste ano, estamos chegando a R\$ 7,5 bilhões. Tem também o Inova Empresa, pacote de R\$ 32,9 bilhões lançado em março para apoio à inovação, a serem aplicados em dois anos.

Qual a diferença entre os governos Lula e Dilma na discussão da inovação?

Acho que as condições políticas do governo atual são melhores que no anterior. Tem mais gente comprometida com a inovação de maneira mais consistente. As entidades empresariais são mais exigentes. O Brasil e o governo estão mais maduros. Há ainda muita confusão na questão de quem apoiar. Você define os setores-chave e de repente tem mil regimes automotivos. Há sempre um descompasso e, às vezes, acho que exageram.

Quais setores são prioritários?

No Inova Empresa adotamos programas para os setores-chave da economia, e de forma associada com outras instituições. Na área de petróleo, por exemplo, atuamos com o BNDES e a Petrobrás. É um comitê único com uma porta única de entrada. As empresas apresentam seus projetos e avaliamos quanto é crédito, quanto é subvenção. Na execução é feita a partilha e cada agência executa à sua maneira, com suas regras. Começamos a fazer isso com o programa do etanol de segunda geração e melhoramos para fazer o Inova Petro, que é para o petróleo e áreas específicas de tecnologia com deficiências grandes. Lançamos o Inova Energia e o Inova Saúde. São os setores prioritários do governo brasileiro definidos pela política industrial Brasil Maior, que inclui também o aeroespacial e a defesa e a agricultura.

O tema da falta de competitividade voltou à tona por causa dos resultados ruins da balança comercial?

Essa discussão sempre precisa estar na pauta. É bom destacar, contudo, que não há falta de competitividade em tudo. O País tem dificuldade nas áreas de alto valor agregado. Mas no agronegócio ainda é imbatível. No etanol, tem um desempenho especial. Em todas as áreas de commodity o Brasil reina bem. Também têm empresas de destaque,

como Embraer, Weg, Braskem, Odebrecht. É um número pequeno comparado com o universo de empresas brasileiras, mas está melhorando. Por exemplo, estamos colocando pela primeira vez empresas brasileiras nas áreas mais sensíveis de tecnologia do pré-sal. Estão fazendo sistemas de válvulas hipercomplexos, trabalhando materiais, trabalhando o que chamam de árvore de natal, que é toda a estrutura. Estão entrando até na área de sismografia, dominada pelos franceses.

Qual o setor que mais avançou?

No setor de fármacos, as empresas brasileiras cresceram muito com os genéricos. São empresas grandes, capitalizadas, mas ao mesmo tempo desenvolvem pouca atividade de inovação e P&D. Há uns cinco anos, contudo, começaram a entrar mais pesado nessa discussão. Hoje, querem se juntar para competir. Elas querem entrar em áreas mais específicas de conhecimento, fazer pesquisas. Definiram como prioridade os biofármacos (ligados a produtos naturais), vistos como a nova fronteira do mundo. Os custos da indústria farmacêutica cresceram brutalmente. Para lançar um medicamento gasta-se em média US\$ 1 milhão. Só as grandes, como Pfizer e Glaxo conseguem. Ao mesmo tempo há um decréscimo gigantesco de produtos novos. Tem maquiagem de velhos. Entrar na rota dos biofármacos abriu uma janela para as brasileiras. A Aché, a Hypermecas e Cristália fizeram um movimento de se juntar, estão montando conglomerados e entrando mais pesado na área de pesquisa. Perceberam que se ficarem restritas ao que já fazem vão ser misturadoras de pó, vão continuar importando os princípios ativos dos genéricos da China, da Índia e só misturar aqui.

Qual setor está mais atrasado?

Uma área ultrasensível é a de saúde, que é preciosa para nós não só pelo valor industrial, mas porque diz respeito à nossa população. Importamos praticamente todos os equipamentos médicos. Temos 27 milhões de pessoas com deficiência no Brasil e temos dificuldades em fazer cadeira de rodas.

Há algum projeto para incluir mais as pequenas empresas?

Dentro do Inova Empresa, temos um programa de R\$ 1,2 bilhão para descentralizar o crédito. Já credenciamos cinco bancos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esse ano vamos credenciar dez bancos para cobrir o Brasil inteiro e o ano que vem queremos chegar a 17 bancos. A empresa vai buscar crédito nesses bancos em vez de ir à Finep. Isso é importante porque permite às pequenas acesso de melhor qualidade, pois muitas vezes elas já são clientes desses bancos.

Qual o prazo para aprovação de projetos na Finep?

Em 2011, levava 412 dias. Reduzimos para 112 dias e, a partir de julho, serão 30 dias. Estamos montando três grandes indicadores inéditos, em parceria com Serasa, Banco Central, Ipea, USP, Cedeplar, MIT (Massachusetts Institute of Technology) e Ministério da Inovação da Inglaterra. Ninguém tem isso, nem aqui, nem lá fora. Com as informações em tempo real, em 30 dias daremos retorno ao pedido.

Militantes sem-terra desocuparam fazenda da Cutrale em SP – Folha de São Paulo, Poder. 05/06/2013

Militantes sem-terra desocuparam nesta quarta-feira (5) uma fazenda da Cutrale nos municípios de Iaras e Borebi (a 309 km de São Paulo), onde estavam desde domingo (2). A Justiça determinou a reintegração de posse. Houve depredação.

Foi a terceira invasão feita pelo MST na fazenda Santo Henrique desde 2009.

Naquele ano, a polícia filmou pessoas passando com um trator sobre os pés de laranja. Na ocasião, foram derrubados milhares de pés, causando prejuízo de R\$ 1,2 milhão, segundo a empresa. O MST atribuiu a depredação a pessoas "infiltradas".

Desta vez, paredes e máquinas da fazenda foram pichadas, laranjas foram jogadas no chão, formando mensagens contra o uso de agrotóxicos, e armários da administração foram quebrados.

A Polícia Militar de Lençóis Paulista, cidade vizinha, informou que policiais e um oficial de Justiça foram até a fazenda por volta das 13h30 para cumprir a reintegração de posse, mas que os sem-terra haviam se adiantado e deixado o local.

Ainda segundo a PM, houve danos, e a Cutrale deverá listá-los para apresentar queixa à Polícia Civil.

A Folha não conseguiu contato com a Cutrale nem com o MST na noite desta quarta-feira.

Em seu site, o movimento afirma que a fazenda faz parte do Núcleo Colonial Monções - -projeto de colonização para imigrantes patrocinado pelo governo federal no início do século 20-- e que, por isso, é terra da União.

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pede na Justiça que a fazenda em disputa, que tem 2.600 hectares, seja destinada à reforma agrária.

Em 2011, durante a segunda invasão do local, a Cutrale afirmou que estava demonstrada na Justiça a legalidade na compra da terra.

Produção agrícola mundial diminuirá, apontam FAO e OCDE – O Estado de São Paulo, Economia. 06/06/2013

Elevação dos custos de produção, limitada expansão das áreas cultiváveis e maiores pressões ambientais devem pesar

SÃO PAULO - O ritmo de crescimento da produção agrícola mundial deve diminuir na próxima década para 1,5% ao ano - aponta relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização para a Cooperação e o

Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entre 2003 e 2012, o aumento foi de 2,1% ao ano.

Entre os fatores responsáveis por essa desaceleração, o relatório cita a elevação dos custos de produção, a limitada expansão das áreas cultiváveis e maiores pressões ambientais. Apesar disso, a FAO e a OCDE consideram que a oferta de produtos agrícolas acompanhará a demanda.

"A América Latina, especialmente o Brasil, segue sendo um importante centro de crescimento da produção agrícola e espera-se que, junto com o Leste Europeu, seja um dos importantes provedores dos mercados agrícolas na próxima década", disse Mário Mengarelli, oficial do Programa de Campo da FAO na região.

'Povos da Terra' marcham até Campo Grande – O Estado de São Paulo, Política. 06/06/2013

A marcha dos "Povos da Terra", organizada pelos movimentos sociais de Mato Grosso do Sul e que saiu na segunda-feira, 3, do município de Anhanduí, encerra nesta sexta-feira, 7, a caminhada de 60 km até Campo Grande, onde será realizada uma grande manifestação para reivindicar a titulação e demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, e exigir a realização da reforma agrária. Em nota, o Movimento dos Sem Terra (MST) diz que a manifestação visa a "pautar para a sociedade a problemática fundiária em Mato Grosso do Sul e a necessidade de promover ações em defesa dos direitos humanos". Jonas Carlos da Conceição, da coordenação estadual do MST, afirma que "o poder público não pode continuar fechando os olhos para o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul". Ele argumenta que existe uma "grande ofensiva do agronegócio, incentivada pelo silêncio conivente do governo".

Dilma cria mais uma agência: desta vez, para o desenvolvimento rural. Catarina Alencastro e Luiza Damé – O Globo, Economia. 06/06/2013

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural terá 130 funcionários e orçamento de R\$ 1,3 bilhão

BRASÍLIA - O governo lançou nesta quinta-feira o Plano Safra 2013/2014 para a Agricultura Familiar, que contará com R\$ 21 bilhões. O montante é 288% maior do que o volume disponibilizado na safra de 2003/2004, a primeira do governo do ex-presidente Lula, que foi de R\$ 5,4 bilhões. No evento, a presidente Dilma Rousseff assinou o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A previsão do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, é que a agência terá 130 funcionários e orçamento para 2014 de R\$ 1,3 bilhão.

Vargas disse que a agência seguirá o modelo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Ou seja, será um serviço social autônomo, pessoa jurídica de direito privado

sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública. A agência vai credenciar as entidades públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural, qualificar os técnicos e serviços nessa área, além de monitorar os resultados.

O órgão vai atuar em parceria com a Embrapa, responsável pela pesquisa agropecuária no país. No evento, a presidente, o ministro do Desenvolvimento Agrário e o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, defenderam a criação a Anater.

— Será um órgão de difusão da tecnologia — afirmou a presidente, acrescentando que hoje a falta de acesso à assistência técnica se concentra nos pequenos e médios produtores.

— A Embrapa não presta serviço de assistência técnica e extensão rural. Faz pesquisa agropecuária, que tem um papel importante no desenvolvimento agropecuário brasileiro. Por isso, estamos criando a agência. A Embrapa não tem extensionista, que vai na propriedade do agricultor para orientar sobre financiamento ou sobre manejo — disse Vargas.

O ministro apontou que a evolução social que resultou dos programas de transferência de renda dos governos petistas também foi sentida no campo. Segundo ele, nos últimos dez anos 3,6 milhões de produtores rurais ascenderam à classe média.

— O Brasil mudou para melhor. 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 40 milhões passaram para a classe média. Essa transformação também chegou no campo. Entre 2003 e 2011 o crescimento da renda dos agricultores familiares foi de 52% em termos reais — afirmou.

O ministro disse que ao longo dos anos, o Plano Safra deixou de ser apenas um programa de concessão de crédito a juros subsidiados para incluir também políticas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos, no qual o governo garante a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

O setor responde por 24% da área ocupada pela agropecuária no Brasil.

A solenidade de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 aconteceu no Palácio do Planalto. Ao final do evento, a presidente encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que cria Anater.

Dilma anuncia criação de nova agência rural – O Globo, País. 06/06/2013

A presidente Dilma Rousseff anunciou, nesta quinta-feira, 6, o projeto que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em cerimônia no Palácio do Planalto. Segundo a mandatária a Anater visa a ampliação do acesso à tecnologia produtiva pelos agricultores do país.

A criação da agência era uma promessa feita pela presidente durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar no ano passado.

A presidente enfatizou que a agência será fundamental para difundir a pesquisa agropecuária e aumentar a produtividade do Brasil.

"Reafirmamos o compromisso do governo com a agricultura familiar e damos mais um passo para aumentar significativamente a produção sustentável de qualidade para o nosso povo", acrescentou a presidente, que classificou o lançamento do plano como "um momento de celebração".

Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, a Anater terá atuação definida por um projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso em regime de urgência. Será feito um contrato de gestão com o Poder Executivo, que definirá as prioridades e o treinamento de técnicos agrícolas com foco na gestão com metas.

"O modelo ágil vai englobar cerca de 130 funcionários com um orçamento previsto de R\$ 1,3 bilhão. Ela atuará na contratação de técnicos para prestar assistência técnica e também empresas para auditar esses serviços prestados", disse Pepe Vargas.

Bons ventos. Delfim Netto – Site da Carta Capital, Economia. 10/06/2013

Aos indicadores positivos da indústria somou-se o Plano Agrícola e Pecuário, que terá 136 bilhões de reais para financiar inclusive a infraestrutura

O IBGE divulgou esta semana um conjunto de informações sobre o comportamento da produção industrial brasileira no primeiro quadrimestre com dados que indicam uma expansão em 17 dos 27 setores habitualmente pesquisados. O índice acumulado nesses quatro meses de 2013 revelou um crescimento de 1,6%, em relação ao período similar de 2012.

O destaque fica para o crescimento de 1,8% da atividade industrial no mês de abril (em relação a março), com um perfil generalizado de expansão em todas as categorias dos ramos observados. Na série sem ajuste sazonal, a indústria cresceu 8,4% em abril de 2013, em confronto com o mês de 2012.

A esses indicadores positivos, que prometem uma retomada firme da atividade industrial, somou-se o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, para dar suporte à produção do campo com um aumento importante de recursos para a etapa 2013-2014. São 136 bilhões de reais, um crescimento de 18% em relação ao ano passado.

É o segundo plano de safra do atual governo. A presidenta Dilma Rousseff fez questão de dar solenidade ao lançamento para reafirmar a garantia de que o setor agropecuário continuará a receber apoio financeiro com recursos ampliados para investimento, comercialização e custeio. Pelos resultados da safra agrícola deste ano e da expansão de praticamente todos os ramos da produção animal, os incentivos de crédito e o suporte

governamental funcionaram. E há motivos para confiar que continuem a ajudar o setor que mais contribuiu para o desenvolvimento.

No período de expansão econômica modesta dos últimos dois anos, especialmente do setor industrial, a produção da agricultura e da pecuária brasileira manteve-se em alta: o PIB agropecuário cresceu excepcionais 17%, na comparação do primeiro trimestre deste ano com o homólogo do ano passado, conforme ressaltou a presidenta ao discursar na solenidade da segunda-feira 3 no Palácio do Planalto. Em relação ao último trimestre de 2012, continuou com crescimento de 5,7%.

Dilma Rousseff chamou atenção para duas áreas de atividades que merecerão tratamento preferencial na execução do programa:

1. A armazenagem de grãos, com a dotação de recursos da ordem de 25 bilhões de reais para financiar as empresas privadas e os produtores dispostos a construir silos e armazéns por conta própria ou em Parcerias Público-Privadas, nos próximos cinco anos, dos quais 5 bilhões já disponíveis durante a atual safra.

A deficiência de espaços adequados para estocar grãos de oferta pública, sobretudo nas propriedades agrícolas, tornou-se um dos problemas mais dramáticos para o escoamento das safras, o que aumentou os custos logísticos e impôs altos prejuízos aos agentes de toda a cadeia produtiva, e, finalmente, aos consumidores.

Acresce o fato de o financiamento da estocagem tornar-se impraticável diante do nível dos juros de mercado entre nós. A presidenta frisou, na ocasião, que o plano de armazenagem é um compromisso assumido em 2012. “Garantir os estoques é crucial para o nosso País. O governo tem todas as condições de oferecer crédito para a realização dos projetos de armazenagem a juros de 3,5% ao ano e prazos de 15 anos para pagar”, afirmou.

2. O outro fato importante foi a descoberta da Extensão Rural, na verdade, a “recriação” de uma atividade que nunca deveria ter sido abandonada pelos sucessivos governos, União e estados, com algumas exceções. O Ministério da Agricultura anunciou a inclusão, no Plano Agrícola, de um serviço nacional para prover assistência técnica e extensão rural que atuará nos moldes da Embrapa e que, segundo a presidenta Dilma, juntamente com ela será responsável por “transformar o Brasil em um dos países de economia mais competitiva e no maior produtor de alimentos do mundo”.

É cedo para festejar, mas não há dúvida de que se trata de iniciativa de grande alcance que, se for implementada com inteligência, poderá realizar o trabalho das antigas Emater estaduais, ajudando a colocar o conhecimento das modernas práticas agrícolas ao alcance dos produtores rurais, especialmente os pequenos e médios. É fato que são eles os responsáveis pela produção de uma boa parte dos alimentos que o povo brasileiro consome.

Valor da produção das lavouras aumenta 9,8% em relação ao ano passado – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 11/06/2013

Projeções para 2013 apontam que maiores crescimentos serão nas culturas de batata-inglesa, laranja e tomate

O Valor Bruto de Produção (VBP) das lavouras brasileiras neste ano deve somar R\$ 271 bilhões, valor 9,8% superior aos R\$ 246,9 bilhões registrados em 2012. A estimativa foi divulgada nesta segunda-feira, 10 de junho, pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/Mapa).

“Como a safra de grãos 2012/13 está praticamente concluída, restando apenas informações das lavouras de inverno e do milho de segunda safra, o valor da produção daqui em diante tende a se estabilizar, a menos que haja eventos não esperados que possam mudar essa tendência”, explicou o coordenador de Gestão Estratégica do Mapa, José Garcia Gasques.

A maior parte dos produtos pesquisados apresentou aumento real do valor da produção neste ano. Os maiores destaques são a batata-inglesa, 31%; laranja, 30,1% e tomate, 82,3%. Um grupo de sete produtos tem perspectiva de crescimento menor, mas também expressivo: banana, 8,9%; arroz, 7,9%; cana-de-açúcar, 9,4%; feijão, 10,3%; fumo, 18,2%; milho, 11,8% e soja, 17,1%.

Os resultados dos valores da produção regionais mostram uma ligeira tendência de queda do valor da região Norte, com redução de 0,7% em relação ao ano passado, e de aumento no Centro Oeste (2,3%), Sul (27%), Sudeste (14,1%) e Nordeste (9,7%). “Importante destacar que os aumentos de valor da produção esperados no Sul e Sudeste devem-se principalmente ao desempenho desfavorável dessas regiões no ano passado”, ressalta Gasques. Ainda de acordo com ele, o resultado do Nordeste deve-se às perdas na região devido à seca, principalmente em relação ao milho.

O resultado leva em conta os levantamentos da safra de março realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos preços pagos aos produtores. Como o VBP mede a evolução do desempenho das lavouras ao longo do ano, é normal que as mudanças dos preços dos produtos e as quantidades previstas de produção afetem os valores do estudo feito mensalmente.

Governo federal faz doação de milho para o Ceará – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 21/06/2013

São 30 mil toneladas do grão em favor das Centrais de Abastecimento do Ceará

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antonio Andrade, assinou nesta sexta-feira, 21 de junho, Extrato de Compromisso no Diário Oficial da União em que

oficializa a doação de 30 mil toneladas de milho pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ao estado do Ceará.

A doação será efetivada com a emissão de Nota Fiscal em favor das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (Ceasa). A normativa vigora até 30 dias após a aprovação do Relatório de Prestação de Contas pelo Ministério da Agricultura.

A ação faz parte das medidas de apoio do Governo Federal para auxiliar aos municípios amparados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) afetados pela estiagem. O produto vem sendo adquirido para formação de estoque nos estados na região Nordeste, além de parte dos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

“Esses arremates serão importantes para auxiliar aos pequenos produtores nordestinos que sofrem com a falta de chuvas na região”, afirmou o ministro Antônio Andrade.

Em 2012, ações interministeriais de apoio auxiliaram centenas de municípios afetados pela seca. Entre as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura, os leilões de milho pela Conab foram as principais. Mais de 148 mil operações resultaram na compra de 602 mil toneladas do cereal pela modalidade de venda de milho em Balcão.

A grande oportunidade. Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior, Política. 25/06/2013

A história ensina e a atualidade confirma que não é nos períodos de mais aguda crise ou privação que os cidadãos se revoltam contra um estado de coisas injusto, obrigando as instituições e o poder político a inflexões significativas na governança. Sendo sempre difíceis as comparações, seria de esperar que os jovens gregos, portugueses e espanhóis, governados por governos conservadores que lhes estão a sequestrar o futuro, tanto no emprego como na saúde e na educação, se revoltassem nas ruas mais intensamente que os jovens brasileiros, governados por um governo progressista que tem prosseguido políticas de inclusão social, ainda que minado pela corrupção e, por vezes, equivocado a respeito da prioridade relativa do poder económico e dos direitos de cidadania.

Sendo esta a realidade, seria igualmente de esperar que as forças de esquerda do Brasil não se tivessem deixado surpreender pela explosão de um mal-estar que se vinha acumulando e que as suas congêneres do sul da Europa se estivessem a preparar para os tempos de contestação que podem surgir a qualquer momento. Infelizmente assim não sucedeu nem sucede. De um lado, uma esquerda no governo fascinada pela ostentação internacional e pelo boom dos recursos naturais; do outro, uma esquerda em oposição acéfala, paralisada entre o centrismo bafiento de um Partido Socialista ávido de poder a qualquer preço e o imobilismo embalsamado do Partido Comunista.

O Bloco de Esquerda é o único interessado em soluções mais abrangentes mas sabe que sozinho nada conseguirá.

Mas a semelhança entre as esquerdas dos dois lados do Atlântico termina aqui. As do Brasil estão em condições de transformar o seu fracasso numa grande oportunidade. Se as aproveitarem ou não, é uma questão em aberto, mas os sinais são encorajadores. Identifico os principais. Primeiro, a Presidente Dilma reconheceu a energia democrática que vinha das ruas e praças, prometeu dar a máxima atenção às reivindicações dos manifestantes, e dispôs-se finalmente a encontrar-se com representantes dos movimentos e organizações sociais, o que se recusara fazer desde o início do seu mandato. Resta saber se neste reconhecimento se incluem os movimentos indígenas que mais diretamente têm afrontado o modelo de desenvolvimento, assente na extração de recursos naturais a qualquer preço, e têm sido vítimas constantes da violência estatal e pára-estatal e de violações grosseiras do direito internacional (consulta prévia, inviolabilidade dos seus territórios).

Segundo, sinal da justeza das reivindicações do Movimento Passe Livre (MPL) sobre o preço e as condições de transportes, em muitas cidades foram anulados os aumentos de preço e, nalguns casos, prometeram-se passes gratuitos para estudantes. Para enfrentar os problemas estruturais neste setor, a Presidente prometeu um plano nacional de mobilidade urbana. Sendo certo que as concessionárias de transportes são fortes financiadoras das campanhas eleitorais, tais problemas nunca serão resolvidos sem uma reforma política profunda. A Presidente, ciente disso e do polvo da corrupção, dispôs-se a promover tal reforma, garantindo maior participação e controlo cidadão, e mais transparência às instituições. Reside aqui o terceiro sinal.

Creio, no entanto, que só muito pressionada é que a Presidente se envolverá em tal reforma. Está em vésperas de eleições, e ao longo do seu mandato conviveu melhor com a bancada parlamentar ruralista (com um poder político infinitamente superior ao peso populacional que representa) e com suas agendas do latifúndio e da agroindústria do que com os setores em luta pela defesa da economia familiar, reforma agrária, territórios indígenas e quilombolas, campanhas contra os agrotóxicos, etc. A reforma do sistema político terá de incluir um processo constituinte, e nisso se deverão envolver os sectores políticos das esquerdas institucionais e movimentos e organizações sociais mais lúcidos.

O quarto sinal reside na veemência com que os movimentos sociais que têm vindo a lutar pela inclusão social e foram a âncora do Fórum Social Mundial no Brasil se distanciaram dos grupos fascistoides e violentos infiltrados nos protestos e das forças políticas conservadoras (tendo ao seu serviço os grandes meios de comunicação), apostadas em tirar dividendos do questionamento popular. Virar as classes populares contra o partido e os governos que, em balanço geral, mais têm feito pela promoção social delas era a grande manobra da direita, e parece ter fracassado. A isso ajudou também a promessa da Presidente de cativar 100% dos direitos da exploração do petróleo para a educação (Angola e Moçambique, despertem enquanto é tempo) e de atrair milhares de médicos estrangeiros para o serviço unificado de saúde (o SUS, correspondente ao SNS português).

Nestes sinais reside a grande oportunidade de as forças progressistas no governo e na oposição aproveitarem o momento extra-institucional que o país vive e fazerem dele o motor do aprofundamento da democracia no novo ciclo político que se aproxima. Se o não fizerem, a direita tudo fará para que o novo ciclo seja tão excludente quanto os velhos ciclos que durante tantas décadas protagonizou. E não esqueçamos que terá a seu lado o big brother do Norte, a quem não convém um governo de esquerda estável em nenhuma parte do mundo, e muito menos no quintal que ainda julga ser seu.

O conflito se agrava. Flávia Piovesan – O Globo, Opinião. 27/06/2013

A interrupção de processos demarcatórios de terras indígenas no Paraná e no Rio Grande do Sul e as tensões envolvendo a construção de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia agravam o quadro conflitivo

No último dia 30 de maio, o indígena Oziel Gabriel, de 36 anos, foi assassinado em um confronto com a polícia durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul. Ele era um dos 5.000 indígenas ocupantes da área (objeto de processo de demarcação) utilizada pelos povos indígenas para plantio de subsistência, moradia e práticas culturais. À morte de Oziel Gabriel soma-se a denúncia de que outro índio terena teria sido baleado.

A interrupção de processos demarcatórios de terras indígenas no Paraná e no Rio Grande do Sul e as tensões envolvendo a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia (o que culminou com a invasão da sede da Fundação Nacional do Índio — Funai — pelos povos mundurucus) agravam ainda mais este quadro conflitivo.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), houve um processo de retração de demarcações de terras indígenas, envolvendo estratégias que objetivam impedir novas demarcações, rever as demarcações já realizadas e explorar as terras já demarcadas, sob a pressão dos produtores rurais e do agronegócio.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população indígena compreende 896,9 mil pessoas — o que corresponde a 0,4% da população brasileira —, com 305 etnias diversas e 274 idiomas. As terras indígenas simbolizam 12,5% do território nacional (dados de 2010).

Aos povos indígenas a Constituição brasileira reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É dever da União demarcar, proteger e fazer respeitar as terras indígenas. Qualquer aproveitamento de recursos hídricos (incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais) só pode ser efetivado com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades indígenas afetadas. A Constituição ainda proíbe a remoção dos povos indígenas de suas terras, realçando serem nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas.

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, há que se assegurar aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra, como uma tradição comunitária,

como um direito fundamental à sua cultura, à sua vida espiritual, à sua integridade e à sua sobrevivência econômica. Para os povos indígenas, a relação com a terra não é somente de posse e produção: a terra é um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente, inclusive para preservar o seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras.

A Constituição brasileira mostra-se absolutamente alinhada aos parâmetros protetivos internacionais — como a Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre Povos Indígenas de 2007. Estes instrumentos introduzem um novo paradigma para os direitos dos povos indígenas, baseado no direito à diversidade, no reconhecimento de sua identidade cultural, no direito de participação, no direito de consulta prévia, livre e informada (relativamente às decisões que lhes afetem), no direito à terra e no princípio da autodeterminação. Rompem com o enfoque integracionista de assimilação forçada dos povos indígenas.

A Constituição brasileira foi a primeira da América Latina a admitir que os povos indígenas têm direito à diversidade étnica e à identidade cultural, aceitando um Estado multicultural e pluriétnico. Constituições latino-americanas recentes reconhecem de forma explícita a existência de Estados multiétnicos e pluriculturais, como é o caso da Constituição da Bolívia, do Equador, da Colômbia, do Peru e da Venezuela. Contudo, os indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos indígenas na região, como o drama da mortalidade infantil, da desnutrição, da pobreza extrema, da falta de acesso aos serviços básicos de saúde e de tensões envolvendo suas terras.

A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, enuncia a responsabilidade dos Estados de desenvolver, com a participação dos povos indígenas, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir o respeito à sua integridade.

No marco de uma sociedade pluriétnica e multirracial, é urgente ao Estado brasileiro honrar o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial, assegurando especial proteção aos povos indígenas, considerando seu protagonismo e suas particularidades, na luta pela afirmação de seus direitos essenciais.

Flávia Piovesan é procuradora do estado de São Paulo e professora da PUC-SP

CCJ do Senado aprova PEC do Trabalho Escravo – O Globo, País. 27/06/2013

Proposta é aprovada após acordo para definição de trabalho escravo

BRASÍLIA — A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quinta-feira a PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação de terras urbanas ou rurais em que houver esse tipo de exploração. Para aprovação foi necessário um acordo que prevê a votação de um projeto que defina o que é trabalho escravo. A PEC ainda tem que ser votada no plenário da Casa.

Os ruralistas querem disciplinar o que é trabalho escravo e como se daria a expropriação.

— Existe uma linha muito tênue entre essas interpretações. Daí, o risco em ter a PEC aprovada sem a definição exata de trabalho escravo. E as expropriações sugeridas no texto da PEC não servem só para o campo, mas também para a cidade — disse o senador Blairo Maggi (PR-MT).

Relator da PEC, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) afirma que o acordo é necessário para que a proposta tenha chances de ser aprovada no plenário do Senado sem ser alterada. Se houver mudanças, o texto terá de retornar à Câmara, onde enfrentou a resistência dos parlamentares vinculados ao agronegócio e só foi aprovado depois de 11 anos.

Será formada uma comissão para elaborar a proposta e deixar mais clara a PEC. Nunes explicou que, pelo acordo anunciado hoje, tanto a PEC como os projetos que regulamentam o trabalho escravo serão votados no plenário da Casa ao mesmo tempo.

Governo aprova preços mínimos para a safra 2013/14 – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 28/06/2013

Segundo ministro Antônio Andrade, definição de valores procurou garantir renda aos produtores em relação às culturas fundamentais para abastecimento interno

O Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgou a relação dos preços mínimos para a safra 2013/14 nesta sexta-feira, 28 de junho, em Brasília. Houve reajustes em produtos como arroz, feijão, milho, mandioca e leite.

De acordo com o ministro Antônio Andrade, “a definição dos valores para a safra que se inicia procurou garantir renda aos produtores em relação às culturas fundamentais para o abastecimento interno, como o feijão e a mandioca”.

No caso do arroz, houve aumento dos preços mínimos da saca de 60 kg do Tipo 1 entre 6,6 e 12,9%, e do Tipo 2, entre 12,7% e 12,9%. Já a saca de feijão de 60 Kg dos Tipos 1 das variedades de feijão cores, preto e Caupi apresentaram elevações de 9,9% a 41,6%.

A saca de 60 kg de milho também teve alta nos preços, variando entre 1,2% e 20,4% de aumento. Destaque para os valores no Mato Grosso, maior produtor de milho do país, e de Rondônia, que passaram de R\$ 13,02 para R\$ 13,56, alta de 4,1%.

Já o valor do litro de leite teve altas de 9,8% a 11,3%. O maior aumento foi preço do produto no Nordeste, que saiu de R\$ 0,62 para R\$ 0,69.

Houve elevações ainda nos preços de farinha de mandioca (Fina T3; entre 35,1% e 37,8%), fécula de mandioca (Tipo 2; 36%), goma/polvilho de mandioca (Classificada; 37,6%), raiz de mandioca (21,8% a 35,3%), juta/malva (Tipo 2; 4,8% e 5,4%) e sorgo (Único; 4,1% a 18,4%).

Alguns produtos, como o algodão e amendoim, não entraram na pauta do Conselho porque os valores ainda estão analisados.

Ricardo Antunes: Fim da letargia – Folha de São Paulo, Opinião. 20/06/2013

Nosso país esteve à frente das lutas políticas e sociais na década de 1980, conseguindo retardar a implantação do neoliberalismo no Brasil fazendo com que a chamada "década perdida" fosse, para os movimentos sociais e políticos populares, o seu exato inverso.

Nesses anos, floresceu um forte sindicalismo de oposição. As greves caminharam em sentido inverso às tendências regressivas presentes no mundo ocidental. Nasceram incontáveis movimentos sociais. Ampliou-se a oposição à ditadura militar. Desenhou-se uma Assembleia Nacional Constituinte e vivenciamos, em 1989, um processo eleitoral que dividiu o Brasil em dois projetos distintos.

A década seguinte foi avassaladora: neoliberalismo, reestruturação produtiva, financeirização, desregulamentação, privatização e desmonte. Quando ocorreu a vitória política de 2002, com a eleição de Lula, o cenário era profundamente diverso dos anos 1980. Como a história é cheia de surpresas, caminhos e descaminhos, a eleição de 2012 acabou por se converter na vitória da derrota.

Oscilando entre muita continuidade com o governo de FHC e pouca mudança, mas nenhuma com substância, o primeiro mandato de Lula terminou de modo desolador, o que o obrigou a fazer mudanças de rota, sempre com muita moderação e nenhuma confrontação. Bolsa Família e altíssimos lucros bancários; aumento do salário mínimo e enriquecimento crescente no topo; nada de reforma agrária e muito incentivo ao agronegócio.

O nosso homem duplicado renasceu das cinzas em seu segundo mandato. Terminou o governo em alta: ao mesmo tempo em que fez seu sucessor, desorganizou a quase totalidade do movimento opositor. Era difícil opor-se ao ex-líder metalúrgico, cuja densidade fora solidamente construída nos anos 1970 e 80.

Quem se lembra de sua situação em 2005, atolado no mensalão, e dele se recorda no fim do seu mandato, em 2010, sabia que estava à frente de uma variante de político dos mais salientes. Se Dilma, sua criatura política --uma espécie de gestora de ferro-- soube vencer as eleições, pudemos aqui, neste mesmo espaço, lembrar que algo maior lhe faltava: a densidade social, que sobrava em Lula.

Com paciência, espírito crítico e muita persistência, os movimentos populares haveriam de superar esse difícil ciclo. Acabariam por perceber que, para além do crescimento econômico, do mito falacioso da "nova classe média", há uma realidade profundamente crítica em todas as esferas da vida cotidiana dos assalariados. Na saúde pública vilipendiada, no ensino público depauperado, na vida absurda das cidades, entulhadas de automóveis pelos incentivos antiecológicos do governo do PT. Na violência que não para de crescer e nos transportes públicos relativamente mais caros (e precários) do mundo.

Na Copa "branqueada" sem negros e pobres nos estádios que enriquecem construtoras e que, no caso do Engenhão, está desmoronando; nos assalariados que se endividam no consumo e veem seus salários se evaporar; no fosso colossal existente entre as representações políticas tradicionais e o clamor das ruas. Na brutalidade da violência da

Polícia Militar de Alckmin e Haddad. Isso ajuda a compreender por que o movimento pelo passe livre encontra tanta acolhida na população. Estamos só começando.

RICARDO ANTUNES, 60, é professor titular de sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de "Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil, Vol. II" e "Os Sentidos do Trabalho"

Comissão do Senado aprova PEC do trabalho escravo. Claudia Rolli – Folha de São Paulo, Mercado. 27/06/2013

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quinta-feira, por unanimidade, a chamada PEC do Trabalho Escravo, que tramita há 14 anos no Congresso.

A proposta de emenda à Constituição permite a expropriação de terras onde houver exploração de trabalho análogo à escravidão e determina que sejam destinadas à reforma agrária ou para programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário.

Segundo dados da secretaria de inspeção do Ministério do Trabalho, 2.750 trabalhadores foram encontrados em situação análoga à de escravo no ano passado no Brasil. Desse total, 2.573 trabalhadores foram resgatados por equipes de fiscalização em 255 operações realizadas no meio urbano e no rural.

Esse número representa aumento de 14,37% no número de trabalhadores resgatados em relação a 2011 - foram 2.491 trabalhadores libertados. Segundo a secretaria, o aumento ocorreu porque as ações fiscais ocorreram em regiões que até então não eram inspecionadas com frequência e porque houve aumento no meio urbano, além de aprimoramento das denúncias e do planejamento das ações fiscais.

A PEC do Trabalho Escravo tem de ser votada em dois turnos no plenário do Senado e precisa receber dois terços dos votos para ser promulgada. Se houver qualquer alteração no texto, ela volta para a Câmara dos Deputados.

"Espero que o Congresso Nacional esteja atento para as propostas demandadas pela sociedade e que defendem a sociedade, como essa de combate ao trabalho escravo", diz o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo. "A proposta demorou 12 anos para voltar a tramitar."

Na próxima quarta-feira, o procurador participa de reunião com integrantes da Secretaria de Direitos Humanos para discutir medidas que possam agilizar a votação e garantir a aprovação.

Um acordo feito entre os parlamentares prevê que paralelamente a PEC sejam criados projetos para definir o que é o trabalho escravo. Hoje os tribunais não têm um único entendimento ao avaliar a questão.

A previsão é que PEC do Trabalho Escravo seja votada em agosto no plenário do Senado após o recesso parlamentar.

Manifestantes ocupam pedágios e liberam cobrança no PR – Folha de São Paulo, Cotidiano. 29/06/2013

Manifestantes ocuparam na manhã deste sábado (29) sete praças de pedágio na região norte do Paraná e liberaram a cobrança em todos os locais.

Os protestos são liderados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e em alguns locais envolvem também moradores das regiões. Pedem rapidez na reforma agrária e também se alinham às reivindicações das manifestações nacionais, pelo combate à corrupção, redução das tarifas do transporte e dos pedágios e democratização da comunicação.

Com uma média de 150 pessoas por protesto, os pedágios ocupados ficam na PR-317, em Floresta (30 km de Londrina), na BR-369 (praças de Jacarezinho, Jataizinho e Arapongas) e na BR-376 (Presidente Castelo Branco, Mandaguari e Ortigueira).

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, que faz policiamento nos pontos em parceria com a PM, as ocupações são pacíficas e o fluxo de veículos não foi comprometido nos locais. A PRF prevê a saída dos manifestantes no final da tarde deste sábado (29).

A praça de Presidente Castelo Branco já havia sido bloqueada outras duas vezes nesta semana pela população local, segundo informações da PRF.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa